

A NOITE DO BAMBU* THE BAMBOO NIGHT

CORALIO BRAGANÇA PARDO CABEDA **

Resumo

O presente artigo descreve o episódio acontecido em Canguçu, no ano de 1927, conhecido como “ A noite do bambu “. Procuramos descrever aspectos das consequências da intolerância política, chamando a atenção para os prejuízos sociais de uma justiça sem autonomia e comprometida pelo pancialismo político-partidário.

Palavras-chaves

Canguçu, política, intolerância, Justiça, Rio Grande do Sul

Abstract

This paper describes the episode happened in Canguçu, in 1927, known as “The Bamboo Night”. We look for to describe the consequences of the political intolerance, pointing out the social damages caused by a justice without autonomy and compromised by policy-partisan partiality.

Key words

Canguçu, Politics, Intolerance, Justice, Rio Grande do Sul

Apesar de sua idade,[Canguçu] não era conhecida, não tinha projeção, não possuía tradição alguma, a não ser a de desfrutar, ao lado de Bagé, da triste fama de terra de crimes e de brigas.¹

Antecedentes

O episódio conhecido como “A noite do bambu”, ocorrido no penúltimo ano do longo governo de Borges de Medeiros, é modelar como exemplo da intolerância política e da exacerbação de ânimos vigentes em alguns municípios rio-grandenses.

* Versão revista e sensivelmente ampliada do artigo originalmente publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS, nº 132.

** Membro do Instituto Histórico e Geográfico do RS.

¹ Bento, Cláudio Moreira. Palavras iniciais do Álbum da Saudade. História de Canguçu, 1972.

No caso vertente, tendo por palco a então vila de Canguçu, em 1927, foi apenas mais um no extenso registro de sua conturbada história.

A partir dos embates políticos da implantação da República, esse município da zona sul do Estado, emancipado em 1857, conheceu toda a sorte de crimes e atentados contra a vida, a propriedade e os direitos de seus habitantes.

Eduardo Wilhelmy, alemão que conhecera Canguçu em 1869 e que lá se estabelecería como respeitado professor no distrito da Florida, assim descreveu o contraste existente entre a vila animada daqueles tempos recuados e a povoação decadente de 1905:

“Uma alegre e laboriosa população a habitava e todos os seus moradores achavam-se satisfeitos com a sua situação, ganhando o suficiente para uma vida cômoda e alguma coisa de sobressalente para as distrações que animam o espírito para novos trabalhos. Nessa época, todos os estancieiros de importância do município tinham casas na vila, que habitavam, senão sempre, pelo menos o maior tempo do ano. E hoje, de todas estas famílias, muito poucas restam morando aqui. Vários chefes delas já se acham no além-túmulo, outras se mudaram para a República do Uruguai, Pelotas, etc. e as suas casas se vão desmoronando desde o tempo da revolução [1893/1895]. Outros, venderam as suas propriedades por menos da terça parte do custo. Faço somente lembrar a do falecido Horácio Piegas, que a Intendência comprou por 12 contos, custando este palacete uns 38 contos de réis.”

E completava: “A vila tem uns 600 habitantes, que já tinha, ou talvez mais, há uns 30 anos.”²

Alfredo Varela, ativo participante dos acontecimentos políticos e militares da época, em passagem de suas memórias, comentou o êxodo referido por Wilhelmy:

“Deste último [Canguçu], fugiram todas as pessoas gradas de ambos os partidos, com raras exceções em o nosso [Partido Republicano Rio-Grandense]. Indo até ali o ilustre Dr. Edmundo Berchon [Des Essarts], um de nossos mais primorosos companheiros políticos e um dos luminares até hoje da sociedade rio-grandense, entenderam as potestades locais mimoseá-lo com uma ruidosa manifestação de apreço. Música à frente, compareceram diante do albergue que hospedava o benemérito e estimado médico, o coronel Bernardino Motta e seus confrades e comparsas. De regresso a Pelotas, deu-me notícia do que presenciara com o coração ainda confrangidíssimo. A vila, antes de belo e numeroso pessoal, estava reduzida a uma tapera. Salvo pouquíssimos, os seus festejadores pertenciam visivelmente ao rebotallo social. Era, com efeito, o que ali imperava sob a fera direção do energúmeno supramencionado.” (Varela, 1935: 153)

² Almanak Litterario e Estatístico do Rio Grande do Sul para 1905, p. 153-154.

Nem a Igreja Católica escaparia desse clima de intolerância e violência implantados em Canguçu, pois, já em 1891, o Vigário Capítular do Rio Grande do Sul, segunda autoridade na hierarquia eclesiástica do Estado, oficiava ao Dr. Fernando Abbott nos seguintes termos:

“AO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Em 23 de maio de 1891

Illmo. e Exmo. Sr.

O Vigário há pouco provido por nomeação episcopal na paróquia de N.S. da Conceição de Cangussú está soffrendo perseguição de alguns individuos que acompanhão o Governo e do proprio Delegado de policia que até chegou a mandar intimar-lhe pelo seu supplente que se retirasse da freguesia com o sachristão recentemente nomeado, sob pena de de ser constringido a isso e ver convertida a igreja matriz em estrebaria.

Deu lugar a esta occorrença a nomeação do sachristão, que dizem ser partidario da União Federal, e que por isso não mereceu a approvação do alludido Delegado e de seus companheiros politicos.

Entretanto, o Vigário não tem politica, nem pode fazel-a, por conselho e mesmo determinação do prelado Diocesano.

S.Ex^a Rev.ma observou pessoalmente na visita pastoral que acaba de fazer aquella paróquia, que não há razão alguma de queixa contra aquelle, digo, contra o mesmo Vigário, e só o facto da nomeação do sachristão, contra o qual não fazem nenhuma accusação justa, produziu esta ameaça e perseguição.

Em taes circumstancias o Exm^o e Rev.mo Sr. Bispo Diocesano tendo resolvido conservar na mencionada paróchia os supraditos funcionarios porque não há causa para serem destituídos dos seus empregos e violentamente arrancados, digo, retirados da localidade, recomendou-me que reclamasse de V. Ex^a as necessarias providencias em ordem a fazer conter os excessos do Delegado de policia, cessando assim a perseguição por elle e seus companheiros politicos promovida contra o Rev. Parocho, que em todo o caso tem direito a ser garantido em sua pessoa e no exercicio do sagrado ministerio.

Deus guarde a V. Ex^a - Illm^o e Exm^o Sr. Dr. Fernando Abbott, Vice-Governador do Estado.

(assinado) Monsenhor Vicente Ferr^a da Cta. Pinheiro”³

Entretanto, esse documento, notável pelo ineditismo de seu conteúdo, não parece ter moderado os ímpetos do mandonismo local, pois o Relatório de 1908 do vigário da freguesia, Pe. José Ben, consignava que, durante a Revolução de 1893, o intendente coronel Bernardino Motta,

³ Livro de Registro de Officios Expedidos. Bispado do Rio Grande do Sul, folhas 138-139, Arquivo da Diocese de Porto Alegre.

“homem ateu e avesso à Igreja”, havia escancarado as portas da igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição para dela fazer uma cocheira e dado ordem de saque!⁴

Terminada a guerra civil, nem assim cessou o clima de ódios e violências, pois ao adversário da situação era defeso alcançar o poder pela via democrática do sufrágio, em face da constituição estadual e da legislação eleitoral vigentes, propiciatórias de toda a espécie de fraudes e manipulações.

Na eleição estadual de 25 de novembro de 1922, além dos conhecidos expedientes de anulação de títulos eleitorais por pessoas inabilitadas para isso, duplicidade de cédulas, transferências de mesas, chegou-se ao ridículo de o intendente municipal efetuar a apuração do pleito no quarto do hotel em que se hospedara em Porto Alegre!⁵ E tão bem se houve o solitário escrutinador, que Borges de Medeiros, derrotado por 1.145 votos contra 1.356 dados a Assis Brasil, terminou vencedor com 958 votos contra 745 de seu oponente...⁶

No 2º distrito de Canguçu, onde Borges de Medeiros obtivera apenas 3 votos contra 344 de seu adversário, a eleição foi anulada.⁷

Como escreveria o Ministro Mem de Sá,

“feita a apuração com a presença unicamente dos interessados em falsearem-na, faleciam à oposição meios e oportunidades para a comprovação imediata da violação das atas...bem como a substituição das mesmas por outras evidentemente falsificadas e a multiplicação propositada de cédulas com a mesma assinatura, para a depuração de votos legítimos dados ao Dr. Assis Brasil.” (Sá, 1973: 56)

Mas, se estavam praticamente livres do “perigo eleitoral”, enquanto tolerados ou estimulados tais expedientes, os donos da situação política local não davam mostras de abrandar o clima de intimidação a que submetiam seus “incorrigíveis” adversários. Isso, logicamente, nos intervalos da luta pelo poder, travada entre seus próprios membros, divididos em facções dificilmente conciliáveis.

Embora todos protestassem fidelidade e apoio incondicionais a Borges de Medeiros, a correspondência deste comprova a extensão das intrigas no seio do Partido Republicano de Canguçu, que persistiu praticamente por todo o seu longo consulado.⁸

⁴ Livro Tombo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Canguçu.

⁵ Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922/23, 31ª Sessão Ordinária, pág. 158; Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul

⁶ Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922/23, 31ª Sessão Ordinária, pág. 158; Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul, p. 275 e 277.

⁷ Anais da Assembléia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul, 1922/23, 31ª Sessão Ordinária, pág. 158; Centro de Pesquisa e Documentação da História Política do Rio Grande do Sul, p. 275.

Assim, foi contra esse pano de fundo que chegamos a 1927, quando o Rio Grande do Sul mal saía de um novo surto revolucionário [levante tenentista de novembro e dezembro de 1926].

Os fatos e suas versões

Com vistas às eleições legislativas federais de 24 de fevereiro de 1927, caravanas de políticos da Aliança Libertadora percorriam os municípios da zona sul do Estado, em trabalho de propaganda de seus candidatos.

No dia 13 daquele mês, eram aguardados em Canguçu o deputado federal Dr. Francisco Antunes Maciel Jr., Zeferino (Ferico) Costa e Djalma Mattos.

Os aliancistas locais organizaram, então, uma recepção na espaçosa residência de Alberto da Silva Tavares, um dos melhores prédios da vila, situado na General Osório, sua principal via pública, onde hoje se localiza o Clube Harmonia.

Divulgou-se, também, o seguinte boletim:

“Os altos interesses da Pátria e do partido, hoje mais do que nunca, reclamam a nossa cooperação. O mandato da luta nos foi renovado. Lutemos, pois, haja o que houver. Dependerá, talvez, da nossa participação, dos nossos votos na eleição de 24, a regeneração desta República de ficção, de conluíus, de negociatas e de políticos profissionais. Mostremos ao Brasil que o Rio Grande do Sul, em matéria política, nem todos conjugam o verbo "aderir"...ao governo. A abstenção e o esmorecimento significam a sepultura dos povos poltrões, como ensina Ruy Barbosa. E só os resignados ao regime do cativo, da senzala, da feitoria, do vergalho e da infâmia perecem. SAIBAMOS alcançar para nós mesmos o que soubemos conseguir para os africanos: a redenção e a liberdade. Não abandonemos a causa da libertação. Tenhamos confiança e fé absoluta na vitória da liberdade, do direito e da justiça. O POVO QUE LEIA E JULGUE!”⁹

À noite, com a presença de dezenas de correligionários, entre os quais muitas senhoras e senhoritas¹⁰, desenvolvia-se a recepção, quando, inopinadamente, a casa foi invadida, aos gritos, por soldados do 12º Corpo Auxiliar da Brigada Militar, que passaram a espancar os participantes.

⁸ Arquivo Borges de Medeiros, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

⁹ Arquivo Ângelo Pires Moreira, Pelotas.

¹⁰ Em 1992, pesquisando o assunto em Canguçu, tomamos o depoimento dos senhores Joaquim Coelho dos Santos e Lúcio Nunes Rodrigues, contemporâneos dos fatos, o segundo dos quais presente à reunião em casa da família Tavares. Segundo suas informações, participavam da reunião, entre outros, o deputado Maciel Jr., Zeferino (Ferico) Costa, Djalma Mattos, Alberto da Silva Tavares, coronel Hipólito Gonçalves da Silva, Hermílio Campos, Domingos Caneo Telesca, coronel Dezinho Terres, Maurício Correia de Paiva, Manoelzinho Moraes, major Alteçor Almeida, Francisco Almeida,

A cena de violência prosseguiu pelas ruas da vila, com a perseguição e o espancamento de todos os que tentavam fugir, pois a casa fora cercada pelos “provisórios”.

Curiosamente, esses soldados ostentavam contra civis desarmados a bravura e o ânimo belicoso que, por certo, fizera-lhes falta há apenas dois meses, quando, no dia 10 de dezembro de 1926, na Coxilha do Fogo, interior do município, foram batidos e dispersados pela vanguarda de Zeca Neto, regressando à vila, quatro dias depois, sem cavalos e sem equipamento...(Ribeiro, 1953)

É de imaginar-se o escândalo e a indignação produzidos pela insólita atitude dos “provisórios”, ainda mais que não se acreditava tivesse tamanho atrevimento partido de simples praças comandados por dois oficiais subalternos.

A imprensa governista, enquanto isso, noticiava os acontecimentos segundo a sua ótica, procurando lançar a culpa e o ridículo sobre os aliancistas, como o fez A Opinião Pública, de Pelotas:

“À noite, lendo o boletim em uma reunião em casa de Alberto Tavares, um grupo republicano estabeleceu discussão, que atingiu a conflito, saindo vários contundidos, inclusive Ferico Costa e tendo Maciel Junior se escondido debaixo da cama do casal Alberto Tavares [grifado no original]. A força auxiliar interveio imediatamente, dissolvendo os agrupamentos e cercando a casa de Tavares, onde ficaram garantidos os indesejáveis visitantes. Tem sido muito comentada a permanente agressividade desse pessoal, caluniador contumaz.”¹¹

Por sua vez, o intendente e comandante do 12º Corpo Auxiliar telegrafava a Borges de Medeiros dando a sua versão:

“Exmo. Dr. Presidente Estado, Palegre
Canguçu, 17-2-27

Motim ocorrido reunião política aqui domingo vg motivado distribuição boletins insultantes Partido Republicano e acres comentários do adversário pt Nele tomou parte

Zeca Moreira, Dr. Walter Prestes, Germano Ziezemer, Germano Ribeiro Prestes, Sebastião Ribeiro de Souza, Joaquim Correia de Paiva, Abregildo Rodrigues da Silva, Lúcio Nunes Rodrigues, Joaquim Isidro Coelho, Armando Joaquim Coelho, Hilda Lopes, Chaninha Rostand, Nina Viana, Enedina e Esmeralda Barbosa, Dadinha Gonçalves e Pancha Tavares (esposa do anfitrião).

¹¹ A Opinião Pública, Pelotas, 15/02/1927, Arquivo Ângelo Pires Moreira, Pelotas.

elementos 4º Esquadrão que fora dissolvido véspera pt Corpo só interveio para restabelecer ordem vg impedindo motim e garantindo casa e pessoal ali se encontravam pois indignação geral produzida civis pretendiam invadir casa Alberto Tavares no que foram impedidos pela força vg o que pode ser atestado por população esta vila pt Fato se acharem algumas praças esquadrão dissolvido ainda fardadas motiva exploração política Deputado Simões vg atribuindo Corpo motim pt

Saudações Orlando Cruz Ten Cel.”¹²

Como se vê, de agressores, os bravos “provisórios” passaram a protetores e garantidores dos agredidos...

No dia 18 de fevereiro, voltava A Opinião Pública a noticiar o que chamou Os Sucessos de Canguçu:

“Noticiamos, ontem, à última hora, que o governo do Estado resolvera mandar abrir rigoroso inquérito sobre os acontecimentos de Canguçu que, como sabem os nossos leitores, foram provocados por elementos da Aliança Libertadora desta cidade e daquela vila. A fim de dar a esse inquérito toda a imparcialidade indispensável a tais recursos da lei, permanecerá naquela vila o ilustre conterrâneo Dr. A. A. Maciel Moreira, digno sub-chefe de polícia e cuja ação legal tem sido elogiada pelos próprios adversários.”¹³

Algun tempo depois, avançando em suas investigações, o Dr. Maciel Moreira pedia afastamento do cargo...

Em Canguçu, enquanto isso, era voz corrente a premeditação do atentado por parte da cúpula local do Partido Republicano. Um dia antes, 12 de fevereiro, dois desses dirigentes foram vistos no Clube Harmonia comentando a “surpresa” que aguardava os aliancistas...¹⁴

No próprio dia do atentado, um soldado “provisório”, aparentado com a família Barbosa, dirigira-se a essa residência e, lacônico, perguntara pelas moças da casa, advertindo que não as deixassem sair naquela noite. As jovens, Enedina e Esmeralda Barbosa, participaram da recepção em casa de Alberto da Silva Tavares e testemunharam os fatos relatados.¹⁵

Alguns soldados do 12º Corpo Auxiliar hospedavam-se no Hotel Brasil, de propriedade de Domingos Caneo Telesca e, como estivessem com o soldo em atraso, viviam praticamente

¹² Arquivo Borges de Medeiros, Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

¹³ A Opinião Pública, Pelotas, 18/02/1927, Arquivo Ângelo Pires Moreira, Pelotas.

¹⁴ Informação do Sr. Lúcio Nunes Rodrigues, Canguçu, 27/12/1992.

¹⁵ Informação da Profª Marlene Barbosa Coelho, Canguçu, 27/12/1927.

sustentados pelo referido cidadão. No dia do incidente, a esposa de um dos soldados pediu à esposa do hoteleiro que não o deixasse sair para a reunião dos oposicionistas. Domingos Caneo Telesca foi uma das vítimas do espancamento.¹⁶

Os indícios, pois, apontavam na mesma direção, isto é, aquele palacete que fora vendido por um terço de seu custo, segundo o alemão Eduardo Wilhelmy, e que era, agora, a sede da Intendência Municipal...

A denúncia

Um ano depois, o Diário de Notícias, de Porto Alegre, sob o título “Ecos de uma Grave Ocorrência em Canguçu”, transcrevia a denúncia do Procurador da República contra os implicados no atentado, soldadesca arraia-miúda do 12º Corpo Auxiliar:

“Em 26 de abril do ano próximo findo (1927), o então Procurador da república, Dr. Fernando Maximiliano, denunciou vários oficiais inferiores e praças do 12º Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Estado, com sede em Canguçu, pelo fato delituoso assim narrado na referida denúncia: Consta no incluso inquérito que os sargentos João Soares, Santos Goulart, Nelson Motta da Rocha, José Duarte, João Pedro dos Santos, João de Deus Pereira, vulgo Densico, Attila Costa, Alcides Belflor, Paladino Alves Pereira, Felisberto de tal e as praças Pedro Quintino, Napoleão Machado, Silvério Centeno, vulgo De Noite, Francisco Duarte, Avelino Duarte, Ignacio Oliveira Motta, Gratulino de Ávila (corneteiro), Alcebiades de tal, vulgo Arcebim, José Maria Coelho do Amaral, Alziro Paiva, Florindo de tal, vulgo Lindinho, Valpério Furtado, Walter Rocha e muitos outros que a polícia não conseguiu identificar, sendo ao todo umas 50 praças mais ou menos, pertencentes ao 12º Corpo Auxiliar da Brigada Militar do Estado, a convite dos tenentes Gastão Rohnelt e Heitor Bandeira, foram com estes, quase todos à paisana e armados de cacetes, relhos e adagas, se postar na frente da casa de Alberto da Silva tavares, em Canguçu, na noite de 13 de fevereiro de 1927, para atacar o auto em que deveria vir o Dr. Francisco Antunes Maciel, então deputado federal por este Estado, e com assuada e bordoadas, acabaram com a reunião política que se realizava no interior da aludida casa. Subindo agora os autos para a pronúncia ou impronúncia, o Dr. Walter Becker arrazoou, defendendo vários daqueles acusados, pronunciando-se por parte da justiça federal o Dr. Alceu Barbedo, Procurador da República, da forma seguinte:

Pela justiça! – Os fatos ocorridos em Canguçu, na noite de 13 de fevereiro de 1927, são de notoriedade pública e para a pronúncia basta que o juiz se convença da existência do delito e de quem seja o delinquente, através não só dos depoimentos das testemunhas e interrogatório dos indiciados, como também de outras informações que tenha obtido (vide Tavares Bastos, Consolidação, § 474). Entre essas informações ocupa lugar primacial, por ser sem dúvida o relatório policial de tanto maior valia, no caso vertente, pois foi presidido um deles pelo próprio Chefe de polícia de então. Nos inquéritos policiais anexos a estes autos, é numerosa e robusta a prova existente contra os

¹⁶ Informação da Sra. Candinha Telesca Figueiras, Canguçu, 15/04/1995.

denunciados, cumprindo ressaltar, relativamente aos tenentes Rohnelt e Heitor Bandeira o depoimento de folhas 42. A Procuradoria da República, como sempre, pede e espera justiça.

Em Porto Alegre, 22 de maio de 1928

Alceu Barbedo, Procurador da República.”¹⁷

Não sabemos como findou o processo. As buscas efetuadas no Arquivo Público do Rio Grande do Sul resultaram, até agora, infrutíferas.

O certo é que a cruz do infeliz município ficou um pouco mais pesada.

Em 1928, ali chegava o jesuíta alemão, Pe. Francisco Xavier Diebels, para o seu apostolado entre tão desassistida população. Deixou-nos algumas observações muito interessantes sobre o ambiente que encontrou:

“Houve, naquele tempo [inícios do período republicano], um intendent anticlerical que, de público, chegou a mostrar o seu espírito irreligioso e profanador, entrando a cavalo na Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Dizem haver sido Canguçu, no Brasil, o único lugar em que a República se teria mostrado hostil à Igreja...[Dizia-se] que tal injustiça era a causa por que Canguçu ficara atrasada por tanto tempo, isto é, sem comércio e sem progresso. Quando ali cheguei, as informações recebidas ainda se mostravam pouco favoráveis. A fama em curso não era nada favorável a seu povo. Citavam-se muitas brigas, muitos crimes, muitas mortes, muitas inimizades, muito jogo e muita coisa pouco edificante. Mas, depois do meu conhecimento de perto daquele povo, tive de conceder que a fama é uma mulher muito mentirosa e muito caluniadora. Descobri que aquela gente da campanha se acha de posse de belíssimas virtudes naturais e de qualidades muito louváveis.”(Diebels, 1988)

Razão tinha o venerando jesuíta. Canguçu muito sofreu em seu desenvolvimento devido ao longo e tenebroso período de intolerância política, que afastou do seu meio homens progressistas e empreendedores. Basta dizer que somente foi conhecer melhoramento urbano tão elementar como o calçamento, em 1957 [pouco mais de uma quadra], no centenário de sua emancipação política!

Um ano após o pronunciamento do Dr. Alceu Barbedo, Alberto da Silva Tavares, em cuja residência ocorreram os fatos narrados, deixava Canguçu, mudando-se para sua fazenda na República Oriental do Uruguai(Cacimbinhas, 1929: 18).

¹⁷ Diário de Notícias, Porto Alegre, 24/05/1928, Arquivos Prof^a Marlene Barbosa Coelho e Ana Luiza de Oliveira Thomaz, Canguçu.

Repetia-se, em ponto pequeno, aquilo que o alemão Eduardo Wilhelmy testemunhara quando da Revolução Federalista...

Hoje, a sinistra Noite do Bambu é lembrada quase que só por seus habitantes mais idosos. Até as touceiras dessa gramínea, que ornamentavam a antiga Praça Marechal Floriano e que forneceram a matéria-prima para a confecção dos cacetes brandidos pelos “provisórios”, desapareceram...

Referências bibliográficas

ALMANAK Litterario e Estatistico do Rio Grande do Sul para 1905, p. 153.

BENTO, Claudio Moreira – *Palavras Iniciais do Album da Saudade*. História de Canguçu, 1972

CACIMBINHAS ILUSTRADA, Cacimbinhas [hoje Pinheiro Machado], ano I, nº 7, junho de 1929, coleção Prof^a Marlene Barbosa Coelho, Canguçu.

DIEBELS, S. J. , Pe. Francisco Xavier – Rosas e Espinhos. Reminiscências de 50 Anos de Vida Missionária em Cidades, Colônias, Campanha e Coxilhas do Sul do Brasil, escritas a pedido de Rev. Pe. Provincial; São Leopoldo, Instituto Anchietano de Pesquisas, Unisinos, Publicações Avulsas nº 9, 1988.

RIBEIRO, Cel Aldo Ladeira – Esboço Histórico da Brigada Militar; Porto Alegre, Of. Graf. da Brigada Militar, 1953, 2º vol.

SÁ, Mem de – A Politização do Rio Grande; Porto Alegre, Edições Tabajara, 1973.

VARELA, Alfredo – Res Avita; Lisboa, Tip. Mauricio & Monteiro, 1935.